



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 299/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1590/2014 (6 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Senhor Pedro Geraldo Raimundo Falabella, Diretor-Presidente da AFEAM.

6- Unidade Técnica: DICA – Relatório Conclusivo nº 23/2015 (fls. 1135/1149).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3046/2015–DMP–MPC–FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1171/1173).

8- Relator: Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. AFEAM. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinações à AFEAM e à Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas as Contas Anuais do Agência de Fomento do Estado do Amazonas, exercício 2013, de responsabilidade do senhor **Pedro Geraldo Raimundo Falabella**, Diretor-Presidente, na pessoa de Sheila Carneiro Falabella, responsável pelo espólio, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 1º c/c inciso II do art. 22 da Lei Estadual nº 2.423/96;

9.2- Com arrimo no §2º do art. 188 da Resolução nº 4/2002, Determinar à Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, sob pena de aplicação de sanção futura e julgamento das Contas pela Irregularidade, para:

9.2.1- Instruir as próximas prestações de contas com o relatório de auditoria conforme dispõe a alínea “c” do art. 2º da Resolução TCE nº 07/1990 e o disposto nos incisos II e III do art. 21 da Resolução BACEN nº 3.198/04 (item 1, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.2- Observar com rigor os prazos para remessa de prestação de contas mensal ao TCE-AM, conforme exige o art. 4º da Resolução TCE nº 10/2012 (item 2, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.3- Observar com rigor a exatidão dos dados das prestações de contas mensais enviados ao TCE-AM, com fins de evitar omissões de dados relevantes



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 299/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

que impactem as análises da unidade técnica deste TCE/AM (item 3, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.4- Disponibilizar as informações de interesse coletivo ou geral da AFEAM à sociedade via *internet*, independentemente de requerimento, nos termos do *caput* do art. 8º e §§ 1º e 2º, da Lei nº 12.527/11 (item 4, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.5- Observar o prazo máximo de 180 dias para as contratações emergenciais para prestação de serviços, enquadradas no artigo 24, IV da Lei 8.666/93 (item 6, da Notificação Nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.6- Não obstante o Decreto nº 16.604, de 12 de julho de 1995, **vincular**, exclusivamente, à PRODAM toda a contratação de serviços de informática no âmbito da Administração Direta e Indireta Estadual, instrua os próximos processos de contratação com a pesquisa de mercado ou cotação de preço que comprove a razoabilidade e compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado, conforme inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 (item 7, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.7- Exigir e instruir os respectivos processos de termos de contrato e aditivos com as correspondentes comprovações de regularidade, de acordo com o inciso II e do § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 (itens 8 e 9, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.8- Observar o Princípio da Publicidade, no que se refere ao prazo de publicação de extrato de contrato em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 (Subitem “a” do item 10, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.9- Exigir que a emissão de atesto em recebimento de serviços/compras seja de autoria do responsável legalmente nomeado pela administração, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 (Subitem “b” do item 10, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.10- Exigir as certidões de regularidade fiscal quando da execução dos termos de contratos e aditivos nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93 (Subitem “d” do item 10, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.11- Registrar todos os pagamentos da empresa no sistema corporativo (Sispro), com fins de imprimir transparência, integridade e fidedignidade ao controle financeiro, como também, facilitar o trabalho da fiscalização (Item 13, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);

9.2.12- Providenciar o inventário físico-financeiro do Ativo Imobilizado de forma que o sistema SISPRO/Patrimônio reflita os saldos registrados na contabilidade (Subitens “a”, “c”, “d”, “e” e “f”, do Item 15, da Notificação nº 30/2014-DICA/AM);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 299/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.13- Providenciar a alocação das plaquetas ou etiquetas de identificação nos 812 (oitocentos e doze) bens do Ativo Imobilizado (Subitem “b” Item 15, da Notificação nº 30/2014-DICAI/AM);

9.3- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique os procedimentos adotados relativos às determinações apontadas acima.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Relator Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral